INTERESSADO: Gustavo Chionsi Filho

ASSUNTO : Contrato do interessado para exercer as funções de Professor Regente (aprovado na categoria) da disciplina Instituições de Direito Público e Privado na Faculdade de Administração de Empresas de Jahu

RELATOR : Conselheiro Alpínolo Lopes Casali

PARECER Nº 2266/75, CTG; Aprov. em 27/8/75

I - RELATÓRIO

1. Histórico: A Faculdade de Administração de Empresas de Jahu submeteu ao Conselho Estadual de Educação a indicação do nome do sr. Gustavo Chionsi Filho para, na categoria docente de Professor-Regente, ministrar aulas de Instituições de Direito Público e Privado.

O indicado é graduado, em 1971, pela Faculdade de Direito de Bauru. Diploma registrado e está inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil. Nenhum curso de perfeição ou de especialização. Nenhum trabalho publicado em revista especializada. É Diretor Administrativo da Prefeitura Municipal de Jahu, a partir de janeiro de 1974 (fls.22 e 23). Seu horário de trabalho é de 12 às 18 horas (fls. 22). Nenhuma experiência docente no ensino superior. Como técnico em contabilidade, trabalhou em empresas econômicas de 1965 a 1969, de outubro de 1970 até julho de 1973, foi auxiliar de um advogado da comarca (fls.6 e 18). Exibiu os demais documentos de praxe.

2. Apreciação: Embora inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, o professor indicado não exerce a atividade profissional da advocacia. Funcionário público municipal, cumpre o horário de 12 até 18 horas, de segunda a sexta-feira, que certamente será o horário de Fórum local. O advogado militando é um estudante constante do Direito, sob pena de se tornar um mau profissional; estuda-o, pelo menos, através da leitura reflexiva da jurisprudência. Pode-se, em princípio, aprovar a indicação, na carreira inicial, de um advogado iniciante para ministrar aulas do Instituições de Direito Público e Privado. Como regra, o mesmo já não ocorre com um bacharel em ciências jurídicas que, da advocacia mal iniciada, se transfere para a administração pública municipal. Tirante algum conhecimento de legislação do Direito Administrativo, do Direito Financeiro e talvez da legislação trabalhista, aquele bacharel não terá interesse em estudar os demais ramos do Direito. O seu campo de interesse, no que tange a estudos, não será o referente a Institutos de Direito Público e Privado, voltado para a Administração de Empresas.

Se esse e o seu ponto de vista, o Relator, partindo da presunção do que não foi possível à escola indicar um bacharel com exercício pleno na advocacia, abre uma exceção e aceita a indicação sob a condição explicitada na conclusão.

II - CONCLUSÃO

Aprova-se a indicação do sr. Gustavo Chionsi Filho para, na categoria docente inicial, ministrar aulas de Instituição de Direito Público e Privado na Faculdade de Administração de Empresas de Jahu pelo prazo de dois anos. A renovação do contrato ficará na dependência dos cursos de especialização ou de aperfeiçoamento que o professor indicado tiver feito.

São Paulo, 4 de agosto de 1975

a) Conselheiro Alpínolo Lopes Casali - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu parecer o voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Amélia Americana Domingues de Castro, Henrique Gamba, José Antônio Travanço, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Paulo Gomes Romeu, Luiz Ferreira Martins e Wladimir Pereira.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 13 de agosto de 1975

a) Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza
Presidente da CETG

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 27 de agosto de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
Presidente